

DO PASSADO AO PRESENTE: A RELAÇÃO LEITURA – ESCOLA

KELLY CRISTINA COSTA MARTINS (UNESP - PRESIDENTE PRUDENTE).

Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação – FCT/UNESP na cidade de Presidente Prudente-SP. Nosso objetivo aqui é discutir a historicidade da leitura no ambiente escolar visando conhecer os meios pelos quais esta instituição se utiliza para inserir seus alunos nas práticas de leitura. Com a universalização do ensino a escola passou a ser um espaço importante para desenvolver e proporcionar práticas de leitura aos seus alunos. Na maioria das vezes, é através dela que as crianças, principalmente aquelas das camadas populares, estabelecem os primeiros contatos com a leitura. Sabemos que o domínio das práticas de leitura e de escrita, como no passado, continua a garantir certos privilégios em nosso cotidiano. Isso se dá pelo fato de vivermos em uma sociedade altamente grafocêntrica, onde aqueles que não dominam o código escrito estão sujeitos ao submundo e a dependência. Desse modo, faz-se necessário investigarmos como a escola, instituição responsável não só por ensinar os alunos a ler e a escrever, mas inseri-los em uma sociedade letrada, trabalha com as práticas de leitura em seu cotidiano. O estudo bibliográfico feito até o momento aponta que a instituição escolar parece não ter se dado conta dessa nova concepção de aprendizagem e tem reduzido as atividades de leitura em mera reprodução ou decifração do código escrito, trazendo em seu cotidiano textos sem sentido, fraseados e que não levam em consideração a diversidade textual que o aluno se depara em seu dia a dia. Assim, faz-se necessário que toda comunidade escolar e as instituições governamentais enxerguem que a escola é de suma importância para a democratização do conhecimento e para a socialização do saber acumulado ao longo do tempo, e que, é através da leitura que tomamos posse desta bagagem.

Palavras-chave:

Leitura, Escrita, Escola.

Introdução

Este trabalho é parte do arcabouço teórico de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação - FCT/UNESP na cidade de Presidente Prudente-SP, orientado pela Prof^a. Dr^a. Renata Junqueira de Souza e financiado pela FAPESP.

Nos dias atuais percebemos que o trabalho com leitura tem se tornado uma preocupação para os professores de uma forma geral, e se transformado em alvo de várias discussões nos meios acadêmicos. Esta tensão entre as práticas de leitura e o ambiente escolar se dá por diversos fatores que transpõem os limites deste estudo. Nosso objetivo aqui é discutir como vem sendo constituída ao longo do tempo as metodologias adotadas para o exercício do ensino da leitura nos primeiros anos de escolarização.

Sabemos que a leitura foi fundamental desde os primórdios da história, e sua utilização sempre foi influenciada pelas classes dominantes e pelo contexto social, cultural, religioso e político de cada época. Ainda hoje o acesso à leitura se apresenta, muitas vezes, como prática restrita (CAVALLO; CHARTIER, 1998). Entretanto, com a universalização do ensino a escola passou a ser um espaço importante para desenvolver e proporcionar práticas de leitura aos seus alunos, na

maioria das vezes, é através da instituição escolar que as crianças das camadas populares estabelecem os primeiros contatos com a leitura.

Muitas crianças têm a escola como único espaço que lhes possibilita contato com publicações de toda ordem, incluindo os livros. A questão que se apresenta é que neste espaço, muitas vezes, há certa "insegurança" por parte do professor quando o assunto é o trabalho com leitura, seja pela falta de bibliotecas, ou pela constante indagação que permeia a prática educativa: Como formar alunos leitores? Quais tipos de material utilizar para o exercício da leitura? Qual a melhor forma de conduzir esta prática? Esses são alguns dos muitos questionamentos que envolvem a prática do professor, principalmente aqueles que trabalham nos primeiros anos de escolarização[1], devido o fato destes não terem, como no ensino Fundamental e Médio, uma disciplina específica para tal prática.

Partindo desse pressuposto, consideramos pertinente (re)pensarmos o trabalho com a leitura nos primeiros anos de escolarização, no sentido de formar leitores capazes, não só de decifrar o código da língua escrita, mas conseguir interpretar o que se lê, dialogar com o texto - ser um leitor competente.

Leitura na escola: do passado ao presente

Se até há pouco tempo atrás, todos os que ingressavam na escola almejavam ganhar, ao final de um ano letivo, a carteirinha de sócio do clube da alfabetização, atualmente já percebem que esse clube não oferece o equipamento adequado para o sócio usufruir. Hoje, todos reivindicam a entrada em clube reservado, até agora, a uma elite cultivada e refinada que, de posse da carteirinha de sócio, desfrutava de todos os recursos necessários para a utilização efetiva da escrita: o clube dos leitores. (BARBOSA, 1990 p. 113)

Segundo Zilberman (1985) a partir do século XVIII a leitura se revela como um fenômeno historicamente delimitado e circunscrito a um modelo de sociedade que se valeu dela para sua expansão. Essa sociedade passava por uma revolução industrial, que com ela se associaram profundas modificações tecnológicas e científicas. No plano político, a revolução democrática determinou o avanço irrefreável das formas de participação popular na direção de um sistema comunitário apoiado na igualdade em todos os membros. (id. ibidem, 1985)

A autora ressalta ainda que a revolução cultural assinalou a expansão das oportunidades de acesso ao saber. Esta decorreu, de um lado, da multiplicação dos meios de reprodução mecânica que difundiram os bens culturais, antes privilégio de uma elite social e intelectual, e de outro, pela ampliação do sistema escolar, começando sua tarefa pela alfabetização, propiciando o aumento do público leitor. A partir desse momento histórico passou-se a ter uma preocupação com o ensino da leitura. Se antes o saber era passado oralmente, agora ele estava enraizado na escrita.

Aqueles que decifram o código escrito se tornam possuidores do saber elaborado, e aqueles que ainda não o conseguiam dominar estavam condenados a serem dependentes da voz, do conhecimento e do entendimento do outro. O acesso à cultura, que se afirma com base no ideário liberal-democrático, é ao mesmo tempo promessa e exigência da nova ordem. A veiculação dessa cultura primordialmente através da escrita cria maiores obstáculos àqueles que não dominam suas técnicas. (BARBOSA, 1990 p. 108)

Nesse momento nos deparamos com a instituição escolar, criada para dar acessibilidade aos bens culturais e ao saber elaborado, "(...) verifica-se que a instituição escolar converte-se no intermédio entre a criança e a cultura, usando como ponte entre os dois a leitura". (ZILBERMAN, 1985 p. 13)

Apesar da escola se utilizar da leitura como ponte entre a criança e o conhecimento, segundo Gauvã e Batista (1998), até meados do século XIX, os livros de leitura praticamente não existiam nas escolas brasileiras. Várias fontes, como relatos de viajantes, autobiografias e romances indicam que textos manuscritos, como documentos de cartório e cartas, serviam de base ao ensino e à prática da leitura. Em alguns casos, a Constituição do Império (e a lei de 1827, a primeira lei brasileira especificamente sobre instrução pública, prescreve isso), o Código Criminal e a Bíblia serviam também como manuais de leitura nas escolas.

Percebemos que a leitura escolar se restringia a textos informativos, com bases em instruções sociais, moral e ética. Como se fossem manuais de instrução para a vida em sociedade, e muito distante do universo e do interesse infantil.

O número de escolas também era muito restrito. No período colonial as práticas iniciais de escolarização se davam, na maior parte dos casos, nos próprios engenhos ou fazendas, com algum elemento mais letrado, como o padre, o capelão ou mesmo um mestre-escola contratado para esse fim. Poucas eram as escolas públicas de ensino primário. Os escravos eram proibidos de freqüentar os bancos escolares e às meninas considerava-se necessário oferecer-lhes apenas uma educação geral necessária para bem cumprirem as atividades domésticas. (GAUVÃO; BATISTA, 1998)

Apesar do material de leitura não ser o mais adequado para a iniciação escolar, Barbosa (1985) ressalta que dar acesso à escolarização e, por conseguinte à leitura, de alguma forma significou dar condições de saída do submundo, e poder para enxergar a realidade com os próprios olhos. "Com o domínio generalizado da habilidade de ler, consequência da ação eficaz da escola, opera-se uma gradativa e irreversível, democratização do saber". (ibidem, 1985 p. 13)

A partir do período imperial, algumas iniciativas foram sendo tomadas no sentido de ampliar a oferta de escolarização da população. A sociedade começou a se tornar mais complexa e as demandas em torno da escolarização aumentaram significativamente. Mais postos de trabalho surgiram, outros costumes culturais foram adotados, a instrução e a educação passaram a ser vistas como necessárias ao desenvolvimento econômico e cultural do país e um dos signos da "civildade". (GAUVÃO; BATISTA, 1998)

No século XVIII, com a difusão da idéia de alfabetização para as camadas mais amplas da população, fez com que a escola pública que se estabelece como mediadora entre as crianças e a cultura veiculada pela escrita. A alfabetização tornou-se o fundamento da escolaridade inicial e a leitura e a escrita tornam-se aprendizagem escolar. (BARBOSA, 1990)

A partir do século XIX, com a implantação da imprensa régia em 1808, o Brasil iniciou sistematicamente a impressão de livros. Até então, não só na escola, mas nas diversas instâncias sociais, eram raros os objetos disponíveis para a leitura, haviam poucos lugares onde se poderia adquirir esses objetos (bibliotecas e livrarias só existiam nas cidades mais populosas) e, conseqüentemente, poucos eram os leitores. (GAUVÃO; BATISTA, 1998)

Segundo Gauvão e Batista (1998), da década de 20 até meados da de 50, inúmeros livros de leitura foram produzidos e algumas editoras especializaram-se na produção de livros didáticos. Nesse momento, várias reformas de ensino foram empreendidas por diversos Estados. Chegava-se ao século XX com mais de 80% da população analfabeta, o que foi considerado, nos meios intelectuais, uma "vergonha nacional". Nas reformas, a maioria dos Estados adotou, definitivamente, o ensino seriado.

Atualmente o cenário educacional não se difere muito do passado, já que a luta por um ensino de qualidade continua. Entretanto se outrora as escolas abriam suas portas para a democratização do saber, hoje se faz necessário refletirmos sobre a qualidade do ensino oferecido pela instituição escolar.

Os meios pelos quais se utiliza para levar o educando a decifrar os códigos escritos, interpretá-los, entendê-los e ainda usá-los em sua vida diária, pois como afirma Cordeiro (2006) "(...) a leitura faz parte de nosso cotidiano, indo além da habilidade de decifração de sinais aprisionados em uma perspectiva técnica. Mais que isto, ela promove novos sabores no encontro entre o texto e o leitor". (p. 65)

No entanto a instituição escolar, parece não ter se dado conta dessa nova concepção de aprendizagem, e tem reduzido as atividades de leitura em mera reprodução ou decifração do código escrito. Trazendo em seu cotidiano textos sem sentido, fraseados, não levando em consideração a diversidade textual que o aluno se depara fora da escola.

A escola não tem levado em conta a existência desta escrita diversificada e a evolução das diversas modalidades de leitura. Ao contrário, a escola continua se preocupando exclusivamente em um modelo imutável de leitura, voltada somente à escrita dos livros, à escrita literária. É como se continuássemos vivendo com a escrita encerrada nos mosteiros e não presentes na rua, nas lojas, em casa. (BARBOSA, 1990 p. 115)

Sabemos, pois que atualmente não basta mais saber ler e escrever (tecnicamente), mas é preciso se embrenhar no mundo do escrito e se desenvolver enquanto leitor. A sociedade contemporânea exige de nós habilidades com as práticas de leitura e escrita.

Re-configurar o cenário educacional atual, entretanto, não é só colocar diversidade textual em sala de aula, mas reformular os objetivos com o exercício da leitura, mostrar ao aluno que o primeiro contato com um texto se dá pela intencionalidade. A intencionalidade do leitor é que vai determinar o tipo de leitura, estratégias e os resultados dessa atividade.

É preciso ter presente, entretanto, que a leitura é sempre uma elaboração da informação, variando somente a intenção que o leitor deposita numa situação e noutra. É em função do que o leitor projeta fazer que ele seleciona as informações mais adequadas para concretizar o seu projeto. Quer se trate de um jornal, poema, legenda de um filme, tese, revistas ou receitas de cozinha, ler é uma atividade que se inscreve no interior de um projeto; é por isso que a leitura é, por natureza, flexível, múltipla, diversa, sem uma hierarquia preestabelecida que defina uma leitura melhor do que as outras. Aprender a ler é aprender a explorar um texto, lenta ou rapidamente, dependendo da intenção do leitor. (BARBOSA, 1990 p. 123)

A falta de intencionalidade dentro do espaço escolar é gritante, na maioria das vezes não há objetivos com as atividades de leitura, o que existe é uma mera

decodificação da língua escrita. O que se percebe atualmente é que as atividades de leitura estão sendo desenvolvidas na escola sem um propósito previamente estabelecido, organizado pelo professor. Muitas vezes o "prazer" de ler é entendido como atividade alheia sem sentido, vaga, onde o aluno é livre para fazer o que quer, sem orientação.

Por outras vezes há uma perversa cobrança das atividades leitoras, fazendo com que essas se tornem práticas cansativas e mais uma vez sem sentido algum. Precisamos enquanto professores ser mediadores, interventores, da prática educativa.

Para que a leitura tenha sentido tanto para o educador (que prepara a atividade e sabe aonde quer chegar) como para o educando. Orientar as atividades de leitura, este é o desafio que a escola tem que assumir para conseguir formar alunos leitores.

A leitura na escola é, antes de mais nada, um objeto de ensino, para que se transforme num objeto de aprendizagem, é necessário que tenha sentido do ponto de vista do aluno, o que significa, entre outras coisas, que deve cumprir uma função para a realização de um propósito que ele conhece e valoriza. (LERNER, 2002).

Diante de tal realidade, se faz necessário (re)pensarmos o trabalho com a leitura dentro do ambiente escolar, e para o cumprimento deste trabalho é preciso abrir espaços onde os alunos possam exercer na escola práticas vivas de leitura. Assim, a leitura no ambiente escolar tem que se apresentar em uma versão que se ajuste mais à prática social que tentamos comunicar e permita aos nossos alunos dela se apropriarem efetivamente. (LERNER, 2002).

O necessário é preservar na escola o sentido que a leitura e a escrita têm como práticas sociais, para conseguir que os seus alunos se apropriem delas possibilitando que se incorporem à comunidade de leitores e escritores, a fim de que consigam ser cidadãos da cultura escrita. (ibid.p. 18).

A escola não pode mais fechar os olhos diante das transformações ocorridas nos aspectos históricos, sociais e culturais, já não basta mais ensinar a ler e a escrever de forma mecanizada. Para uma prática pedagógica de resultados, faz-se necessário extrapolar os muros escolares no que se diz respeito ao ensino da leitura e da escrita, é preciso reconhecê-las enquanto práticas sociais.

O necessário é fazer da escola um ambiente onde a leitura e a escrita sejam práticas vivas e vitais, onde ler e escrever sejam instrumentos poderosos que permitam repensar o mundo e reorganizar o próprio pensamento, onde interpretar e produzir textos sejam direitos que é legítimo exercer e responsabilidade que é necessário assumir. (ibid.p. 18).

É preciso assinalar que, ao exercer comportamentos de leitor e de escritor, os alunos têm também a oportunidade de entrar no mundo dos textos, de se apropriar dos traços distintos de certos gêneros, de ir detectando as diferenças da "linguagem que se escreve" da "linguagem que se fala" e de usar recursos lingüísticos que são necessários ao produzir e interpretar textos (LERNER, 2002).

As atividades de leitura são excelentes instrumentos para o professor, que sabendo utiliza-las de forma adequada terá resultados satisfatórios. O problema é que o meio educacional parece estar condicionado a uma visão meramente técnica, mecânica da leitura. É certo que toda atividade tem que ser orientada, precisa

conter objetivos, estratégias, mas isso não significa engessá-la. As vezes uma simples leitura basta. Nem tudo o que se lê precisa ser discutido, comentado, interpretado. Esse é o outro erro que se vê eventualmente em livros didáticos. A leitura às vezes é como uma música que se quer ouvir e não dançar. (CAGLIARI, 2005 p. 181)

Ensinar nossos alunos a apreciar a leitura, desfrutar do ato de ler também é um exercício. Certamente estaremos contribuindo, para que nossos educandos não só aprendam a ler, mas se tornem leitores competentes, que sabem que a leitura pode ser mais do que uma obrigação escolar, pode ser um momento de prazer.

Assim, faz-se necessário que professores, gestores, pais, alunos e as instituições governamentais enxerguem que a instituição escolar é de suma importância para a democratização do conhecimento e para a socialização do saber acumulado ao longo do tempo e, é também através da leitura que tomamos posse desta bagagem cultural.

Para atender essa necessidade precisamos de escolas equipadas, professores devidamente preparados, que saibam conduzir os alunos e que esses, por sua vez, possam ver os livros não como mero objeto, mas como porta vozes de um mundo antes não conhecido, como afirma Aguiar (2006: 36) "para que se torne um leitor, é necessário que o indivíduo esteja apto a fazer a discriminação *eu versus* mundo, pela estruturação de sua personalidade e pela conscientização do processo de internalização por que passa".

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Vera Teixeira de Notas para uma psicossociologia da leitura. In: TURCHI, Maria Zaira, SILVA, Vera Maria Tietzmann (orgs.). **Leitor formado, leitor em formação**: a leitura literária em questão. São Paulo: Cultura acadêmica; Assis, SP: ANEP, 2006.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1990.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 2005

CAVALLO, G. Chartier R. **História da leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Ática, 1998. Vol.1.

CORDEIRO, Verbena Maria Rocha. Cenas de leitura. In: TURCHI, Maria Zaira, SILVA, Vera Maria Tietzmann (orgs.). **Leitor formado, leitor em formação**: a leitura literária em questão. São Paulo: Cultura acadêmica; Assis, SP: ANEP, 2006.

GAUVÃO, Ana Maria de Oliveira. BATISTA, Antônio Augusto Gomes Batista. **A leitura na escola primária brasileira**: alguns elementos históricos. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, n. 24, v. 4, Dimensão, nov./dez. de 1998

LERNER, Delia. **Ler e Escrever na Escola**: O Real, o Possível e o Necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZILBERMAN. Regina. A leitura na escola. In: ZILBERMAN, Regina (org). **A leitura em crise na escola**: as alternativas do professor. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985.

[1] Compreende-se primeiros anos de escolarização do 1º ao 5º ano.